

GCFIS - IGAM - PROTOCOLO

Processo:			Data:		Documento Origem:
0478	09	0004	15 / 10 / 09		
Demanda		Solicitante			
GCFAI		Operação GCFAI			
Nome					
Beba LTda					
Município		Rotina	GCFAI		
Jaboticatubas		[] Sim	PE		
Regular		Irregular			
[] Sim		Al's:	993 / 2009		



SISTEMA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE - SISEMA
Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM
Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CERH

Ai 993/09

015564

1. AUTO DE FISCALIZAÇÃO: Nº 12009 Folha 2

2. AGENDAS: 01 ☒ FEAM 02 ☒ IEF 03 ☒ IGAM Hora: 11:30 Dia: 06 Mês: outubro Ano: 2009

3. Motivação: ☐ Denúncia ☐ Ministério Público ☐ Poder Judiciário ☒ Operações Especiais do CGFAI ☐ SUPRAM ☐ COPAM/CRH ☐ Roteiro

4. Finalidade
FEAM: ☐ Condicionantes ☐ Licenciamento ☐ AAF ☐ Emergência Ambiental ☐ Acompanhamento de projeto ☒ Outro
IEF: ☐ Fauna ☐ Pesca ☐ DAIA ☐ Reserva Legal ☐ DCC ☐ APP ☐ Danos em áreas protegidas ☒ Outro
IGAM: ☐ Outorga ☒ Outros

5. Identificação
01. Atividade: *Caracterização de solo*
02. Código: *E-04-01-4*
03. Classe: *NP*
04. Porte: *CP*
05. Processo nº:
06. Órgão:
07. ☐ Não possui processo
08. ☒ Nome do Fiscalizado: *Besa Hida*
09. ☐ CPF: *18.952.358/0001-80*
10. ☒ CNPJ:
11. RG:
12. CNH-UF:
13. ☐ RGP ☐ Tit. Eleitoral
14. Placa do veículo - UF:
15. RENAVAM:
16. Nº e tipo do documento ambiental
17. Nome Fantasia (Pessoa Jurídica): *Residencial Camêssio*
18. Inscrição Estadual - UF:
19. Endereço do Fiscalizado - Correspondência: Rua, Avenida, Rodovia:
20. Nº / KM: *457*
21. Complemento: *rua 801*
22. Bairro/Logradouro: *Centro*
23. Município: *Belo Horizonte*
24. UF:
25. CEP: *30.190-921*
26. Cx Postal:
27. Fone: *(31) 312713-2036*
28. E-mail:

6. Local da Fiscalização
01. Endereço: Rua, Avenida, Rodovia, Fazenda, etc.: *Reserva MG 010*
02. Nº / KM: *S3*
03. Complemento: *esquerda 1,5*
04. Bairro/Logradouro/Distrito/Localidade:
05. Município: *Ipatinga*
06. CEP: *35.813-000*
07. Fone: *() - - - - -*
08. Referência do local:
09. Coord.
Geográficas
DATUM
☐ SAD 69
☐ Córrego Alegre
Planas UTM
FUSO
22 23 24
Latitude
Graus 9 Minuto 32 Segundo 22,2
Longitude
Graus 43 Minuto 54 Segundo 20,5
X= (6 dígitos) Y= (7 dígitos)

10. Croqui de acesso



07 01. Assinatura do Agente Fiscalizador: *[Assinatura]* 02. Assinatura do Fiscalizado: *[Assinatura]*

calização no Condomínio Residencial Candeu, localizado no município de Jaboticatubas. Durante fiscalização foi constatado o condomínio ter aprovação pela Prefeitura de Jaboticatubas em dezembro de 2008. O loteamento possui área total de 14ha e um total de 58 lotes, que possuem dimensão mínima de 1000 metros quadrados. Atualmente possui 02 casas já construídas. Estão sendo realizadas obras de infraestrutura, como abertura de ruas e colocação de canteletas de drenagem. Foi constatado a canalização de um rio d'água onde está sendo aberta uma das ruas - coordenadas inicial $S19^{\circ}32'12,6''$ W $43^{\circ}54'18,6''$ - final $S19^{\circ}32'12,6''$ W $43^{\circ}54'18,6''$.

Segund - informações as ruas serão canalizadas, o proprietário dos lotes não é responsável pela colocação de fossos, rios e o lixo será armazenado em uma caixa e posteriormente coletado pela Prefeitura de Jaboticatubas.

Como um processo tubular onde foi apresentado certificado de entrega de documentos - processo 01596/2008.

Como outra canalização coordenadas inicial $S19^{\circ}32'12,3''$ W $43^{\circ}54'21,3''$ e final $S19^{\circ}32'12,3''$ W $43^{\circ}54'21,3''$.

IEF. Foi suprimida a vegetação para alargamento das ruas do loteamento (vegetação de cerrado em transição para Mata Atlântica - em estágio médio do regeneração). O proprietário apresentou uma autorização do CODEMA n.º 060/2009, porém a mesma não define a quantidade de vegetação que pode ser suprimida. Foi feita abertura de uma rua com corte rasado sem drenagem em $974m^2$ (movimento e retente e quatro metros quadrados) de mesma vegetação. Ainda assim, neste mesmo local ocorreu queima da galhada. O rendimento lenhoso foi de $30,0m^3$ de lenha. Ocorre canalização do rio curso d'água, movimento e retente de $660m^2$ (movimento e retente e quatro metros quadrados) de área de preservação permanente. Não foi apresentada autorização especial do órgão ambiental competente. (coordenadas utadas acima).



01. Servidor (Nome Legível) Gerson de Souza Telles	MASP 5148097-2	Assinatura Gerson de Souza Telles
Órgão <input type="checkbox"/> SEMAD <input checked="" type="checkbox"/> FEAM <input type="checkbox"/> IEF <input type="checkbox"/> IGAM		
02. Servidor (Nome Legível) Araújo Santos de Oliveira	MASP 1180809-4	Assinatura Araújo Santos de Oliveira
Órgão <input type="checkbox"/> SEMAD <input type="checkbox"/> FEAM <input checked="" type="checkbox"/> IEF <input type="checkbox"/> IGAM		
03. Servidor (Nome Legível) Viana G. P. Rodrigues	MASP 2180809-4	Assinatura Viana G. P. Rodrigues
Órgão <input type="checkbox"/> SEMAD <input type="checkbox"/> FEAM <input type="checkbox"/> IEF <input checked="" type="checkbox"/> IGAM		

Recebi a 1ª via deste Auto de Fiscalização

04. Fiscalizado / Representante do Fiscalizado (Nome Legível) Mário Antônio Costa Lima	Função/Vínculo com o Empreendimento Advogado
Assinatura	

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - SEMAD Sistema Estadual de Meio Ambiente - SISEMA Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CERH				1. AUTO DE INFRAÇÃO: Nº. 993/2009 BH				Folha 1/2	
				Hora: 09:20	Dia: 15	Mês: 10	Ano: 2009		
				Vinculado ao:				Nº de Folhas Anexadas:	
				Auto de Fiscalização Nº: 015664/2009 de 06 / 10 / 2009				2	
				B.O. Nº: de / / 20					
				Lavrado em Substituição ao AI nº:					
2. AGENDA: 01 FEAM 02 IEF 03 x IGAM				3. Órgão Autuante: 01 FEAM 02 x IGAM 03 IEF 04 PMMG					
4. Penalidades	01. [x] Advertência		02. [x] Multa Simples		03. [] M. diária		04. [] Apreensão-TAD Nº		05. [] Perda de produto
	06. [] Embargo de obra -TEI Nº				07. [] Embargo de Atividade -TEI Nº				08. [] Susp. Parc. Ativ
	09. [] Susp.T. Ativ.		10. [] Susp. Fabricação		11. [] Susp.Venda		12. [] Destr./Inutilização		13. [] Dem. obra
	14. [] Rest. Direitos		15. [] Embargo/Suspensão de atividade não realizada por necessidade de laudo técnico		16. [] Atividade paralisada em razão de crime				
5. Identificação do Autuado e Atividade	01. Atividade desenvolvida: Parcelamento de solo.				02. Codificação da Atividade-		DN- Nº.(Conselho) CERH 07/2002		04. Potencial Poluidor Geral: Pequeno
	05. Processo, Licença ou Autorização Ambiental nº.				06. Órgão:		07. [] Não possui processo		
	08. [] Nome do Autuado Besa Ltda.				09. [] CPF 18.952.358/0001-80		10. [x] CNPJ		
	11. RG. Nº e UF		12. CNH-UF		13. [] RGP Nº [] Tit. Eleitoral Nº				
	14. Placa do veículo utilizado Infração- UF		15. RENAVAM		16. Nº e tipo do documento ambiental				
	17. Nome Fantasia (Pessoa Jurídica) Residencial Candeias				18. Inscrição Estadual - UF				
	19. Endereço do Autuado, para correspondência: Rua, Avenida, Rodovia Rua Tupis				20. Nº. / KM 457		21. Complemento Sala 801		
	22. Bairro/Logradouro Centro		23. Município Belo Horizonte		24. UF MG				
	25. CEP 30190.921		26. Cx Postal		27. Fone: (31) 3273.2036		28. E-mail		
	6. Outros Envolvidos / Responsáveis	01. Nome do 1º envolvido				RG		CPF/CNPJ:	
Forma de Participação na infração				Endereço: Rua, Avenida, Rodovia.					
Nº. / Apto		KM	Complemento	Bairro/Logradouro/Distrito/Localidade		Município		Vínculo com o AI Nº:	
02. Nome do 2º envolvido:				RG		CPF/CNPJ:		Vínculo com a atividade	
Forma de Participação na infração				Endereço: Rua, Avenida, Rodovia					
Nº. / Apto		KM	Complemento	Bairro/Logradouro/Distrito/Localidade		Município		Vínculo com o AI Nº:	
7. Localização da Infração	01. Endereço da Infração: Rua, Avenida, Rodovia, Fazenda, etc Rodovia MG 10				02. Nº.		03. KM 53		
	04. Complemento (apartamento, loja, outros) Esquerda 1,5				05. Bairro/Logradouro/Distrito/Localidade				
	06. Município Jaboticatubas				07. CEP 35830.000		08. Fone ()		
	09. Infração em ambiente aquático: 1[] Rio 2[] Córrego 3[] Represa 4[] Reservatório UHE 5[] Pesque-Pague 6[] Criatório 7[] Tanque- rede 8[] Outro: Denominação do local:								
	10. Referência do local:								
	11. Coord.	Geográficas	DATUM [x] SAD 69 [] Córrego Alegre		Latitude Grau 19 Minuto 32 Segundo 12,2		Longitude Grau 43 Minuto 54 Segundo 20,5		
		Planas UTM	FUSO 22 23 24		X= (6 dígitos)		Y= (7 dígitos)		
	1) Poço tubular em funcionamento. Para consumo humano e uso geral do empreendimento. Coordenadas descritas acima. Sem outorga. O processo 01596/2008 refere-se à licença de perfuração. <i>Processo formalizado 14/08/2009</i>								
	2) Canalização de rego d'água. Coordenadas iniciais: S 19°32'12,6" / W 43°54'18,6" e finais S 19°32'12,5" / W 43°54'18,8."								
	3) Canalização de rego d'água. Coordenadas iniciais: S 19°32'12,1" / W 43°54'21,3" e finais S 19°32'12,3" / W 43°54'21,1."								
9. Anotação Complementar									
10	01. Assinatura do Agente Autuante Sérgio Alberto Souza de Moraes <i>Sérgio Alberto Souza de Moraes</i>				02. Assinatura do Autuado Via AR				

ORIENTAÇÕES PARA A DEFESA

O autuado poderá apresentar defesa **dirigida ao órgão ou entidade responsável pela autuação, no prazo de vinte dias contados da notificação do auto de infração**, sendo-lhe facultada a juntada de todos os documentos que julgar convenientes à defesa, independente de depósito prévio ou caução.

A peça de defesa deverá conter os seguintes dados:

- I - autoridade administrativa ou órgão a que se dirige;
- II - identificação completa do autuado, com a apresentação de cópia do documento de inscrição no Ministério da Fazenda - CPF ou CNPJ e, quando for o caso, contrato social e última alteração;
- III - número do auto de infração correspondente;
- IV - o endereço do autuado ou indicação do local para o recebimento de notificações, intimações e comunicações;
- V - formulação do pedido, com exposição dos fatos e seus fundamentos; e
- VI - a data e assinatura do requerente ou de seu procurador.

O autuado poderá ser representado por advogado ou procurador legalmente constituído, devendo, para tanto, anexar ao requerimento o respectivo instrumento de procuração.

Cabe ao autuado a prova dos fatos que tenha alegado sem prejuízo do dever atribuído a autoridade julgadora para instrução do processo.

As provas propostas pelo autuado poderão ser recusadas, mediante decisão fundamentada da autoridade julgadora competente.

O autuado poderá protestar, no ato da apresentação da defesa, pela juntada de outros documentos até que o processo seja remetido à conclusão da autoridade julgadora.

A defesa não será conhecida quando intempestiva, caso em que se tornará definitiva a aplicação da penalidade.

Os requisitos formais indicados acima, quando ausentes da peça de defesa apresentada, no prazo de vinte dias contados da notificação do auto de infração, deverão ser emendados dez dias, após sua notificação, sob pena de aplicação da penalidade.

Na hipótese de não apresentação da defesa se aplicará definitivamente a penalidade.

A DEFESA DEVERÁ SER PROTOCOLADA NO ÓRGÃO AMBIENTAL (FEAM, IGAM OU IEF) OU PODERÁ SER REMETIDA VIA AR, VALENDO-SE A DATA DA POSTAGEM.

CONSULTE OUTROS ENDEREÇOS DE LOCAIS DE ENTREGA NOS SITES:

FEAM - FUNDAÇÃO ESTADUAL DE AMBIENTE
www.feam.br

IGAM - INSTITUTO MINEIRO DE GESTÃO DAS ÁGUAS
www.igam.mg.gov.br

IEF - INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS
www.ief.mg.gov.br

CONTINUAÇÃO DO AUTO DE INFRAÇÃO: Nº 993/2009 BH															Folha 2/2	
11. Embasamento legal	Infr	Código	Anexo	Ao Art:	Decreto/ano	inciso	alínea	Art	inciso	alínea	Lei / ano	Dec./Ano	Resol.	DN-Nº	Port. Nº	Órgão
	1	204	II	84	44.844/08		-	50			13199/99					
	2	209	II	84	44.844/08											
	3	209	II	84	44.844/08											
Complementação do enquadramento:																
12. Atenuantes/Agravantes	01. Atenuantes						02. Agravantes									
	Nº	Artigo/Parag.	Inciso	Alínea	Redução	Nº	Artigo/Parag.	Inciso	Alínea	Aumento						
	1					1										
	2					2										
	3					3										
4					4											
13. Recidência: 1[] Genérica 2[] Específica 3[x] Não há																
14. Não foi possível verificar: 1[x] Atenuantes 2[x] Agravantes 3[x] Recidência																
15. Valores da Multa (Por agenda) e ERP	Infração	Cód. da Infração	Valor da Multa Simples	V. da Multa Diária	Acréscimo / Decréscimo	Valor Total	Cód. Receita									
	1	204														
	2	209	RS1.000,00			RS1.000,00										
	3	209	RS1.000,00			RS1.000,00										
	ERP:		Kg de pescado:	Valor ERP por Kg: RS	Total:RS											
	ERP:		Kg de pescado:	Valor ERP por Kg: RS	Total:RS											
	02. Valor total dos Emolumentos de reposição da pesca : RS: ()															
	03. Valor total das multas:RS: 2.000,00 (Dois mil reais)															
	04.DAE 1[] Emitido 2[x] Não emitido: o autuado deverá procurar o Órgão Ambiental Estadual para emissão do DAE.															
	O AUTUADO TEM O PRAZO DE ATÉ 20 (VINTE) DIAS DO RECEBIMENTO DO AUTO DE INFRAÇÃO PARA O PAGAMENTO DA MULTA OU APRESENTAÇÃO DA DEFESA PARA Dra. Cleide Izabel Pedrosa de Melo – Diretora geral do IGAM NO SEGUINTE ENDEREÇO: Rua Espírito Santo, 495 , centro – BH – MG – CEP: 30.160-030															
(VIDE OUTROS LOCAIS E INSTRUÇÕES DE DEFESA NO VERSO DA FOLHA 1)																
16. Identificação da Testemunha 1	01. Nome Completo						02. CPF ou RG									
	03. Endereço: Rua, Avenida, etc.						04. Nº / KM									
	05. Bairro / Logradouro			06. Município			07. UF									
	08. CEP		09. Fone ()		10. Assinatura da Testemunha 1											
17. Identificação da Testemunha 2	01. Nome Completo						02. CPF ou RG									
	03. Endereço: Rua, Avenida, etc.						04. Nº / KM									
	05. Bairro / Logradouro			06. Município			07. UF									
	08. CEP		09. Fone ()		10. Assinatura da Testemunha 2											
18. Motivação da Fiscalização	01.[] Rotina		02.[] Setorial		03.[x] CGFAI		04.[] Emerg. Ambiental	05.[] Atend. de Denúncia								
	06.[] Req. do MP		07.[] Solic. da Ouvidoria Ambiental		08.[] Outros:											
19. Órgão Comunicado	01[] MP		02[] Delegacia de Polícia		03 [x] Não houve		04 [] Aguarda laudo técnico do(a):									
20. Assinaturas	01. Servidor 1 (Nome Legível) Sérgio Alberto Souza de Moraes						02. Servidor 2 (Nome Legível)									
	Nº Servidor	Cargo/ Posto-Grad.	Fração Autuante		Nº Servidor	Cargo/ Posto-Grad.	Fração Autuante									
	114.7861-7	Analista ambiental	GCFIS													
	03. Assinatura do servidor 1						04. Assinatura do servidor 2									
	05. Autuado (Nome Legível) Via AR						07. Assinatura do Autuado									
	06. Função/Vínculo com o Empreendimento															



PREENCHER COM LETRA DE FORMA

0478.09.0004

AR

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE

Besa Ltda
R. Tupis, 457 sl 801, Centro
CEP 30190-921 Belo Horizonte – MG

Auto de infração 993/2009

UF PAIS / PAYS

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RECEPTEUR

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

☐ PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE

☐ EMS

☐ SEGURADO / VALEUR DECLARE

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RECEPTEUR

DATA DE RECEBIMENTO
DATE DE LIVRAISON

PARTE DO DESTINO
PARTIE DE DESTINATION

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RECEPTEUR

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO
RECEBEDOR / ORGÃO EXPEDIDOR

RUBRICA E MATRÍCULA EMPREGADO /
SIGNATURE DE L'AGENT

Luiz Augusto Vieira Nunes de Morais
Matrícula: 84207361



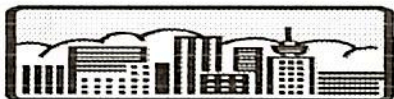
ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO

75240203-0

FC0463 / 16

114 x 166 mm





BESA LTDA



RUA TUPIS, 457 SALA 801 CENTRO – CEP: 30.190-060 - FONES: (031) 3273.20.36 – 3273-45.67 - BH - MG
E-mail: besaltda@hotmail.com

À

Doutora Cleide Izabel Pedrosa de Melo
DD. Diretora Geral do IGAM
Rua Espírito Santo, 495, Centro
30.160-030 – Belo Horizonte/MG:

RECURSO ADMINISTRATIVO

BESA LTDA, CNPJ de n.º 18.952.358/0001-80, com endereço à rua Tupis, 457, sala 801, Centro, Belo Horizonte/MG, Cep: 30190-921, não se conformando com as penalidades impostas a ela no **AUTO DE INFRAÇÃO de no. 993/2009-BH**, vem apresentar recurso administrativo pelos seguintes fatos e fundamentos:

1º. A Recorrente foi autuada por supostas infração ao artigo 84, Anexo II, **Código da Infração 209, do decreto 44.844/2008**.

2º. A Recorrente juntamente com os senhores Elton Rodrigues de Aguiar, Sócrates Tadeu de Brito Neri, Jorge do Prado Manso e Jorge Mauro Pereira, apresentaram pedido de aprovação de loteamento urbano junto a Prefeitura Municipal de Jaboticatubas/MG, a ser implantado em área rural localizada às margens da MG-010, Km 53, esquerda 1,5 km, distrito de São José de Almeida, tendo sido deferido e aprovado pelo **Decreto Municipal de n.º 816/2008, de 17/11/2008**, o loteamento urbano denominado de "Residencial Candeias", ficando a Recorrente responsável pelas obras de infraestrutura.

3º. Seguindo as normas legais foi assinado **termo de compromisso** na data de **11/12/2008**, entre a **Prefeitura Municipal de Jaboticatubas/MG** e a Recorrente, no qual ficaram estabelecidas as seguintes responsabilidades da Recorrente dentre

Recebido em 06/11/09 às 14h25



outras: **a)** executar a abertura do sistema viário; **b)** providenciar demarcação dos lotes, áreas verdes e institucionais; **c)** executar pavimentação primária de todas as ruas; **d)** construir todo o sistema de drenagem pluvial; **e)** instalar em todo o empreendimento rede de energia elétrica; **f)** instalar em todo o empreendimento sistema de captação e distribuição de água potável; **e)** cercar todas as áreas verdes com poste de madeira tratada e identificá-las com placa.

4º. Foi fixada no referido termo de compromisso, **multa diária de R\$ 1.000,00**, a serem pagos pela Recorrente, no caso da mesma descumprir qualquer das cláusulas do citado termo e os prazos estabelecidos no cronograma físico de execução de obras (item 5.6, da cláusula V).

5º. O prazo de abertura e melhorias do sistema viário de acordo com o projeto urbanístico aprovado pela **Prefeitura Municipal de Jaboticatubas/MG** venceria no dia **11/03/2009** (item 03, do cronograma físico de obras).

6º. No intuito de não ser ver aplicada a multa por descumprimento de prazo, a Recorrente enviou correspondências à **Prefeitura Municipal de Jaboticatubas/MG**, solicitando o licenciamento ambiental para a abertura da "Rua dos Buritis" (projetada e aprovada), nas datas de **11/12/2008**, **13/03/2009** e **13/04/2009**, pois as demais vias de acesso já existiam e precisaria apenas adequar a largura das mesmas as normas da citada prefeitura.

7º. Na data de **21/05/2009**, foi expedida autorização para proceder à abertura da "Rua dos Buritis" (entre as quadras 05 e 06 do projeto urbanístico), pelo **Conselho Municipal Popular de Defesa e Conservação do Meio Ambiente – CODEMA**, com base nos incisos XI e XVI, do artigo 2º, da Lei municipal de n.º 1.471/96, e inciso VI, do artigo 7º, do Regimento Interno do citado conselho, no **Decreto Municipal 816/2008 e na Deliberação Normativa 74/2004 do COPAM**.

8º. Com a autorização para a abertura da "Rua dos Buritis" em mãos procedeu à Recorrente a abertura da mesma, de acordo com os projetos aprovados pela **Prefeitura Municipal de Jaboticatubas/MG**, com a instalação de **07** manilhas com diâmetro de 0,90 x 1,00 , no rego d'água que corta a citada rua para compactação e calçamento, conforme prevê o projeto de infraestrutura em anexo.

9º. Após a abertura da "Rua dos Buritis" foi à Recorrente surpreendida com a expedição do **auto de infração de n.º 993/2009-BH**, o qual fixou multa sob o argumento de que foi ocorreu canalização de rego d'água nas coordenadas iniciais e finais S 19º32'12,6"/W 43º54'18,6" S 19º32'12,5"/W e S 19º32'12,1"/W 43º54'21,3" e S 19º32'12,3"/W, respectivamente.

10º. Como V.Sa., poderá comprovar pelos documentos em anexo, a intervenção no rego d'água deu-se apenas na rua dos "Buritis" e não em outro ponto, intervenção que em hipótese alguma desviou ou diminuiu o regime de águas, ao contrário, preveniu qualquer soterramento de terras no local.



11°. A Recorrente ao proceder à abertura da "Rua dos Buritis" o fez de acordo com o projeto urbanístico aprovado, e procedeu de acordo com orientação e autorização da **Prefeitura Municipal de Jaboticatubas/MG** e do **CODEMA** local.

12°. A Recorrente não procedeu à abertura simplesmente e sem qualquer autorização, ao contrário, teve autorização por escrito com parecer inclusive favorável de técnico do IEF/MG, não havendo qualquer alteração no regime, quantidade e/ou qualidade da água, conforme já afirmado.

13°. O rego d'água é artificial e foi feito pelo senhor Antônio Rodrigues Avelar, proprietário de área rural vizinha ao loteamento aprovado, captando água em outra propriedade vizinha, sem qualquer autorização da requerente, para que se passe o referido rego d'água artificial em sua propriedade (no loteamento), conforme comprovam as escritura dos imóveis onde o loteamento foi instalado.

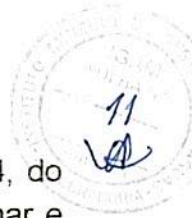
14°. O rego d'água artificial é oriundo do desvio de parte do Córrego do Abreu, feito pelo citado senhor Antônio Rodrigues Avelar, sem qualquer participação da requerente.

15°. A Recorrente no caso em tela objetivou a trilhar o caminho correto e emanado das regras ambientes existentes, requerendo por escrito e obtendo por escrito licença ambiental para abertura da "Rua dos Buritis" em observância estrita a Lei 1.905, de 18.10.06, que dispõe sobre a Política de Desenvolvimento e de Expansão Urbana e institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável do município de Jaboticatubas.

16°. A Recorrente em momento algum infringiu as normas contidas no citado decreto **44.844/08**, pois não efetuou desvio, não fez qualquer obra que pudesse alterar o regime, quantidade e qualidade da água co rego artificial.

17°. Requer, portanto, que seja transformada a multa em advertência, pois conforme comprovam os documentos em anexo, a Requerente não agiu de má-fé ao contrário, entendia que tendo a autorização da **Prefeitura Municipal** e do **CODEMA** poderia efetuar a instalação das sete manilhas acima descritas.

18°. Caso assim não entenda, requer como prova que seja determinada fiscalização *in locu* na área onde está sendo implantado loteamento, para que esse Instituto comprove categoricamente, que se alguma infração foi cometida, esta foi feita pelo senhor Antônio Rodrigues Avelar ao desviar parte do curso d'água do Córrego do Abreu sem autorização desse Instituto e dos demais órgãos ambientais, e após a vistoria, se entender esse Instituto que deva ser restaurado o curso natural do citado córrego, nossa empresa está disposta a arcar com as despesas necessárias, tendo-se em vista que o desvio efetuado pelo citado senhor Antônio, está causando sérios problemas, tanto ambientais quanto administrativos para nossa empresa, lembrando que a auto de infração questionado foi emitido sem que se fizesse uma fiscalização prévia no loteamento.



19°. Determinando a vistoria para fiscalização de descumprimento do artigo 84, do decreto 44.844/08, esse Instituto estará cumprindo a lei e ajudando a equacionar e impedir futuros problemas na implantação total do loteamento.

20°. O loteamento encontra-se localizado na MG-010, sentido Lagoa Santa/Serra do Cipó, Km 51, esquerda 1,5 km, estrada vicinal.

N. Termos,
P. Deferimento.

Belo Horizonte, 05 de novembro de 2009.


BESA LTDA

Documentos anexos:

1. Cópia do contrato social, última alteração contratual e do cartão do CNJP.
2. Cópia do decreto de aprovação do loteamento.
3. Cópia do termo de compromisso e cronograma de obras.
4. Cópia do ofício 001/09-RC requerendo expedição de licenciamento ambiental para abertura de vias.
5. Cópia da autorização no. 060/2009 do CODEMA Jaboticatubas/MG, autorizando a abertura de rua.
6. Cópia da lei municipal de no. 1.471/96, do Decreto 218/97 e do Regimento Interno do CODEMA (*).
7. Cópia do ofício 0358/2009 da Prefeitura de Jaboticatubas/MG, autorizando a CEMIG a fazer a ligação da rede de energia elétrica.
8. Cópia dos termos de concordâncias dos proprietários de áreas rurais.
9. Cópia do memorial descritivo da área total do empreendimento.
10. Cópias dos memoriais descritivos dos lotes, área verde, institucional de APP's.
11. Cópia do projeto de pavimentação e drenagem pluvial.
12. Cópia do projeto de captação e distribuição de água potável.
13. Cópia do projeto de esgotamento sanitário.
14. Cópia do projeto de disposição final de resíduos sólidos.
15. Cópia do projeto de cercamento das áreas de APP's.
16. Cópia do protocolo IGAM.
17. Cópia da carta de viabilidade técnica CEMIG.
18. Cópia do capítulo I e II da Convenção de Condomínio do loteamento.